

Os comunistas portugueses na luta contra o Estado Novo: um retrato através das suas memórias

António Simões do Paço¹

I ntrodução

O objetivo deste trabalho é contribuir para estabelecer uma caracterização dos militantes comunistas e outros que se enfrentaram com o regime do Estado Novo português e a Ditadura Militar que imediatamente o precedeu (1926-1974), que duraram o suficiente para ocupar e marcar grande parte das suas vidas. Quem eram, como se tornaram militantes, em quem se tornaram?

As memórias analisadas são de vinte e um indivíduos que, pelo menos durante um período, militaram no Partido Comunista Português (PCP), incluindo os que deste se afastaram ou foram afastados e escreveram as suas memórias já posteriormente a este facto (Cândida Ventura, Edmundo Pedro, Francisco Ferreira, Francisco Martins Rodrigues, Silva Marques, Mário Soares, Raimundo Narciso, Rui Perdigão, Zita Seabra).

Fundado em 1921, o Partido Comunista Português (PCP) teve uma existência relativamente apagada até aos anos 40, onde, após uma 'reorganização' que foi quase uma refundação, cresceu durante os anos finais da II Guerra Mundial e no imediato pós-guerra até se tornar, por altura do seu IV Congresso (1946), uma organização de vanguarda com alguma influência de massas, contando, entre militantes e simpatizantes, uns 9000 membros.²

Seguiram-se os difíceis anos 50, em que o partido, acossado pela polícia, retrocederia acentuadamente. Nunca mais, até ao 25 de Abril de 1974, atingiria a força militante e a influência que teve no imediato pós-guerra. Porém, manteve-se, mesmo após o surgimento, em meados dos anos 60, das correntes maoistas, como – de longe – a principal corrente organizada da oposição ao Estado Novo.

Dos elementos que poderiam ser usados para esta análise escolhemos – por hierarquia de prioridades e limitação da dimensão do estudo – o papel da educação na militância política, o trabalho, a clandestinidade, a repressão e os indícios daquilo a que chamamos “*a face sombria de um escol de gente corajosa*”: o extremo sectarismo dos comunistas em relação aos seus camaradas que se afastam ou são afastados e aos que se reclamam do mesmo campo social e político (as classes trabalhadoras e as suas organizações), que me parecia

contrastar com a atitude “construtiva” em relação a outros setores da oposição ao salazarismo.

A reflexão historiográfica em Portugal sobre a literatura memorialista é escassa, quase inexistente. O mesmo se pode dizer do próprio uso das memórias como fonte historiográfica. Uma exceção é António Ventura, que na Apresentação da sua antologia *Memórias da Resistência*³ constata esse facto, elenca o número relativamente vasto de livros de memórias, biografias, autobiografias e diários disponíveis e, apontando as suas limitações, reivindica a utilidade deste tipo de fontes para o historiador. O seu objetivo é “*chamar a atenção para a importância da literatura autobiográfica*”, “*mais concretamente para a que foi produzida por opositores ao Estado Novo, como fonte indispensável para o estudo do período da nossa história que decorre do 28 de maio de 1926 a 25 de Abril de 1974*”.⁴ Fê-lo apresentando uma antologia de textos, excertos de uma centena de obras com esse cariz biográfico ou autobiográfico. Também Pacheco Pereira, na sua trilogia sobre Álvaro Cunhal e o PCP⁵ usa as memórias de comunistas. E João Madeira, em *Os Engenheiros de Almas*⁶, também faz bom uso de memórias, sobretudo de comunistas.

A educação e a militância política

Num livro de memórias, Emídio Santana, destacado militante libertário que viria a dirigir *A Batalha*, revela-nos a fisionomia de Lisboa, a sua cidade, nas primeiras décadas do século XX, onde os bairros “*refletiam com certa nitidez as divisões sociais da população*”. Os bairros tinham “*as suas sociedades recreativas, a banda musical ou grupo de amadores dramáticos e até a cooperativa familiar de abastecimento, mantidas com especial dedicação de ativismo militante, criadas por sua iniciativa, livres, sem conotações políticas ou oficiais*”.⁷

³ VENTURA, António. *Memórias da Resistência*. Literatura autobiográfica da resistência ao Estado Novo, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001, p. 5-32.

⁴ Idem, p. 5.

⁵ PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal*. Uma biografia política. “Daniel”, o Jovem Revolucionário (1913-1941). Vol. I Lisboa, Temas e Debates, 1999. Id., *Álvaro Cunhal*. Uma biografia política. “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949). Vol. II, Lisboa: Temas e Debates, 2001. Id., *Álvaro Cunhal*. Uma biografia política. O Prisioneiro (1949-1960), Vol. 3, Lisboa: Temas e Debates, 2005.

⁶ MADEIRA, João. *Os Engenheiros de Almas*. O Partido Comunista e os Intelectuais. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

⁷ SANTANA, Emídio. *Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, s/d, p. 14.

¹ Investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

² CUNHAL, Álvaro. *Obras Escolhidas*. I. 1935-1947, Lisboa: Edições Avante!, 2007, p. 403.

Esta atividade associativa e a preocupação familiar com a educação aparecem como fatores comuns no despontar dos jovens para a atividade sindical e política:

Logo que completávamos seis meses de idade [minha mãe] inscrevia-nos na associação de socorros mútuos para a assistência médica, e na idade escolar levava-nos para a escola primária, a única que meus Pais nos podiam assegurar com os seus sacrifícios, e quer chovesse quer fizesse sol, desde que não estivéssemos doentes, tínhamos de ir para a escola.⁸

O mesmo se verificará, uma ou duas décadas mais tarde, com muitos comunistas cujas memórias pudemos analisar: a educação e a tradição no ambiente familiar e de bairro parecem determinantes na sua adesão a uma atividade militante.

Edmundo Pedro, por exemplo, conta que foi recrutado para a Juventude Comunista aos 13 anos, no Arsenal da Marinha⁹, onde havia uma célula comunista dirigida pelo próprio Bento Gonçalves. Porém, antes disso, a sua disposição para a militância fora despertada pelo exemplo do pai, Gabriel Pedro, deportado para a Guiné “*pouco antes do golpe militar de 28 de maio de 1926 que instaurou a ditadura, como 'preso social'*”.¹⁰

Carlos Pires, que durante quase duas décadas trabalhou como tipógrafo clandestino do PCP, conta que foi para a clandestinidade junto com os pais, aos 16 anos. A mãe, operária da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, em Ílhavo, “*possuía uma cultura pouco vulgar para o seu meio e para a época*” e “*tinha a paixão pela leitura. Tudo o que lhe aparecesse à frente para ler, ela lia, não só temas políticos, como inúmeras obras de variados autores. E foi, de facto, ela que me entusiasmou desde muito novo na leitura (...)*”.¹¹

Francisco Miguel, sapateiro de Serpa, também sublinha a importância que para ele tinha a educação: “*Os meus pais ambos sabiam ler, graças ao bom senso dos meus avós que, sendo analfabetos, quiseram que os filhos não ficassem ignorantes. (...) Para que nós aprendêssemos a ler estavam, pois, dispostos a todos os sacrifícios*”.¹²

O histórico dirigente do PCP Joaquim Gomes recorda como nele se desenvolveu o gosto pela leitura e como esta o levou às juventudes comunistas:

(...) lia tudo o que me aparecia (...). Conhecido que ia sendo o meu gosto pela leitura, alguns vizinhos e pessoas amigas, espontaneamente ou a meu pedido, começaram a emprestar-me livros (...). Logo a seguir um comunista, que eu não conhecia como tal, começou a emprestar-me livros, entre os quais o *Germinal*, de Zola, Os

Miseráveis, de Victor Hugo, e outros que decisivamente abriram o caminho que me levou até à Federação das Juventudes Comunistas e mais tarde ao Partido.¹³

A vintena de outros casos analisados confirma a importância atribuída à educação, independentemente do meio social de origem ou do percurso político. Mais ricos ou mais pobres, anarquistas ou comunistas, todos reivindicam o papel que esta teve nas suas vidas e recordam vivamente os que neles suscitaram a paixão pelo saber: os pais, um patrono, a associação de bairro.

O trabalho

“*O trabalho do menino é pouco, mas quem o perde é louco.*” O dirigente comunista Jaime Serra cita este ditado para iniciar um relato sobre a sua entrada precoce no mundo do trabalho:

Conhecendo ou não este popular ditado, com quatro rapazes em casa, o meu pai¹⁴ resolveu a certa altura meter-nos a nós e a ele próprio na venda da lotaria aos fins de semana. (...).

Também, como camponeses de origem, tendo ali à volta bons campos de pastagens, onde hoje existe o bairro do Restelo, os meus pais obrigavam-nos, à vez, a apascentar uma boa dúzia de cabras e ovelhas que nos davam ‘água pela barba’ para as manter todas em grupo. Tínhamos ainda de carregar para casa grandes sacos com ervas para estes animais e ainda para as ninhadas de coelhos que eram criados em casa.¹⁵

Também Joaquim Gomes traça um retrato desta experiência precoce, e frequentemente dolorosa, com o mundo adulto do trabalho.

O trabalho neste tipo de empresas [de cristalaria] era ainda mais violento para os aprendizes, independentemente da hora em que fosse realizado [havia turnos contínuos]. Contudo, durante a noite e ainda mais de madrugada ele tornava-se redobradamente penoso e cansativo. Por vezes, eles caíam no chão, esgotados pelo cansaço e vencidos pelo sono. Quando tal acontecia, acordá-los exigia, no mínimo, uns fortes safanões, que nem sempre resultavam, ou atirar-lhes com água fria para cima, o que também não era infalível. O que nunca falhava, porém, era um toque na pele com vidro esdaldante! (...).¹⁶

Os relatos sobre o trabalho fazem, naturalmente, parte das memórias dos militantes comunistas, libertários

⁸Idem, p. 19.

⁹PEDRO, Edmundo. *Memórias*. Um Combate pela Liberdade. Lisboa: Ancora Editora, 2007, p. 42.

¹⁰Idem, p. 33.

¹¹PIRES, Carlos. *Memórias de um Tipógrafo Clandestino*. Lisboa: Edições Avante!, 2011, p. 22-23.

¹²MIGUEL, Francisco. *Uma Vida na Revolução*. Porto: A Opinião, 1977, p. 31-32.

¹³GOMES, Joaquim. *Estórias e Emoções de uma Vida de Luta*. Lisboa: Edições Avante!, 2001, p. 31-32.

¹⁴Joaquim Eleutério, estivador no porto de Lisboa até, na sequência de uma greve prolongada, se ver obrigado a recorrer à venda ambulante, segundo Jaime Serra.

¹⁵SERRA, Jaime. *Eles Têm o Direito de Saber*. Lisboa: Edições Avante!, 1997, p. 22-23.

¹⁶GOMES, op. cit, p. 26-27.

ou de outras tendências políticas. Porém, começou por surpreender-nos o facto de ocuparem relativamente pouco espaço nas dos militantes do PCP, o “partido da classe operária”.

Carlos Pires, o já referido tipógrafo do *Avante!* e d'*O Militante*, refere apenas que trabalhou na construção civil, e mais não diz sobre este emprego. Depois, conta que arranjou

trabalho numa fábrica em construção na Praça da Galiza, bem próximo do Palácio de Cristal. Aí trabalhei cerca de um ano. A adaptação foi relativamente fácil, até porque era dos mais jovens e fui considerado quase a mascote dos colegas, todos mais velhos que eu. (...) O meu salário nessa altura [meados dos anos 50] era de 19\$00 por dia, o que, para a época, era um bom salário.¹⁷

E por aí se fica.

Francisco Martins Rodrigues conta, com igual parcimónia:

quando acabou a guerra mundial, eu tinha 17 anos e empreguei-me numa livraria em Lisboa. Foi o primeiro emprego, onde estive dois anos. (...) Em 1948 fui trabalhar para a TAP como aprendiz de mecânico porque queria mudar de profissão. Fui preso pela primeira vez e expulso da TAP.¹⁸

Uma explicação para essa escassez de referências ao trabalho estava no facto de parte dos livros estar direccionada para contar uma experiência concreta: o Tarrafal (Acácio Tomás de Aquino, Cândido de Oliveira, Gilberto de Oliveira), a clandestinidade (Carlos Pires, José Magro, Joaquim Campino), a história de um determinado período ou episódio (Alberto Vilaça, Cândida Ventura, Zita Seabra, Raimundo Narciso). Mas outra, e mais cabal, surgiu-me quando comecei a anotar a idade em que cada um dos militantes comunistas se tinha tornado funcionário clandestino do partido: alguns, como Carlos Pires e Zita Seabra, eram ainda adolescentes; outros, a maioria, tinham vinte e tal anos. De conjunto, dos 21 comunistas cujas memórias analisámos, apenas 4 não foram funcionalizados. Na sua grande maioria, foram funcionários (clandestinos até 25 de Abril de 1974) durante a maior parte das suas vidas. E a média de idades com que se tinham tornado funcionários do PCP era de 25,6 anos. A sua profissão principal era, pois, a de funcionários políticos, e a vida, tudo o que se passava à sua volta, foi observada desse ponto de vista e nessas condições muito particulares.

A clandestinidade

“Era uma vez um funcionário do Partido...”

Assim enceta José Magro o seu livro *Cartas da Clandestinidade*, onde retrata os 9 anos que viveu como funcionário clandestino do PCP (pelo meio, passou vinte

anos na prisão).

Ser funcionário clandestino era uma vida dura, e optar por ela uma decisão muito difícil. Alguns, como Mário Soares,¹⁹ recusaram-na:

Não aceitava escolher esse caminho. Não queria, nem tinha o desejo ou a vocação da clandestinidade. Desejava ter uma vida tanto quanto possível normal: viver, fazer conhecimentos, casar, ter filhos, ter uma profissão, viajar, contactar gente, falar com as pessoas.²⁰

Mesmo entre aqueles que a adotaram, como nos confidenciou o ex-dirigente comunista Álvaro Mateus, ou como diz Carlos Pires, “a vontade de ir para a clandestinidade não era muita”. Conta Pires Jorge:

Os que vivíamos na clandestinidade tínhamos de cortar com tudo, com a família, com as coisas mais simples da vida no dia a dia das outras pessoas – ir a um cinema, comprar um jornal, tomar um café, ler um livro.

Durante muitos anos, vivemos ligados aos meios camponeses. Arranjávamos pretextos para alugarmos uma casa numa aldeia: dizíamos que íamos para lá porque estávamos doentes, ou porque a mulher estava doente, e íamos apanhar ares, ou éramos caixeiros-viajantes. Vivíamos numa aldeia seis meses ou um ano, depois mudávamos para outra aldeia.²¹

Entretanto, a polícia apercebeu-se disso e enviou circulares às câmaras municipais a alertar para denunciarem “indivíduos que aparecessem pelas aldeias a alugar casas e que não fossem conhecidos”. O PCP resolveu então mudar de linha: “Ir para as cidades e fundir-nos com a população citadina.” Isso implicava mais dinheiro para “assumir a aparência de um agente técnico, ou de um engenheiro, ou de um doutor, deixar de andar de bicicleta para passar a andar de táxi”:

Grandes sacrifícios nós fizemos com a ajuda de muitas organizações e de muitos camaradas, sobretudo dos intelectuais, para arranjar dinheiro que desse para esta viragem. Claro que, para além desta nova aparência, mantínhamos o nível de vida que tínhamos antes. As mobílias eram trastes comprados nos ferros-velhos e caixotes, e tínhamos de fazer as mudanças ao lusco-fusco para não dar nas vistas.²²

A pé, de bicicleta, de transportes públicos e mais tarde, já com outros meios, também de carro,²³ os funcionários e dirigentes clandestinos do PCP

¹⁹Histórico dirigente do Partido Socialista. Iniciou a vida política como militante comunista.

²⁰SOARES, Mário. *Ditadura e Revolução*. Lisboa: Público, 1996, p. 72.

²¹PIRES, Op. cit., p. 28.

²²JORGE, Joaquim Pires. *Com Uma Imensa Alegria*. Notas Autobiográficas. Lisboa: Edições Avante!, 1984, p. 47.

²³PERDIGÃO, Rui. *O PCP Visto por Dentro e por Fora*. Lisboa: Fragmentos, 1988, p. 46.

¹⁷PIRES, op. cit., p. 29.

¹⁸RODRIGUES, Francisco Martins. *História de uma Vida*. Lisboa: Edições Dinossaurio / Abrente Editora, 2009, p. 10-11.

palmilhavam o País de lés a lés. A volta de um funcionário nos “tempos heroicos”, descrita por Pires Jorge, parece quase uma volta a Portugal em bicicleta. A pedalar, cobria todos os meses uma distância que ia do norte de Coimbra até Bragança. “No inverno chegava com a roupa toda molhada e tinha de a pôr a secar durante as reuniões”.²⁴

Também Cunhal, que se tornara funcionário clandestino aos 22 anos, retrata na sua obra de ficção a vida dos funcionários. No *Até Amanhã Camaradas*, descreve, por exemplo, o cansaço extremo a que se sujeitavam:

Havia uma semana que o visitante percorria o setor, caminhando horas e horas, a pé e de bicicleta, de dia e de noite, quase sem dormir nem comer. Sentia-se esgotado, com vontade de se deitar, de se agasalhar e de dormir. Uma manta e um canto abrigado e silencioso, tal era nesse momento o seu máximo desejo – tão vivo e imperativo que olhava insistentemente o chão térreo ali junto à fogueira, como se ele o estivesse esperando e chamando. A água que lhe repassava a roupa como que lhe repassava também a cabeça, amolecendo os pensamentos numa pasta confusa e indecifrável.²⁵

As “casas do partido” eram essenciais no apoio à vida dos funcionários. A responsabilidade pela sua manutenção e defesa recaía em primeiro lugar sobre as mulheres. “São as mulheres clandestinas que maior responsabilidade tomam na defesa das casas pela assimilação que têm de fazer do ambiente em que vivem, pela adaptação aos costumes locais, pela preocupação permanente em não deixar que os vizinhos notem qualquer anormalidade”, escreveu José Dias Coelho, que conheceu essa vida de funcionário clandestino entre 1959 e o seu assassinato pela PIDE em 1961. “Esta constante vigilância, os nervos sempre tensos, fazem que ao fim de alguns anos essas heroicas mulheres tenham a saúde abalada e o sistema nervoso completamente arrasado”.²⁶

“Ser presa era quase uma fatalidade na vida de uma clandestina” – ou de um clandestino – “e o partido não iludia as militantes a esse respeito”, escreve Ana Barradas.

A repressão

Jaime Serra conta-nos como aconteceu a sua prisão em 27 de março de 1949:

Fui preso em Lisboa na sequência de meses de uma atividade política muito intensa à volta da promoção da candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República por parte da Oposição democrática. (...) Nesse período, no espaço de poucos dias, além de outros foram presos Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro, do

Secretariado do Comité Central do PCP.²⁸

Na PIDE²⁹, conta, recusou-se a prestar declarações sobre a atividade partidária, tendo ficado de “estátua” durante oito dias e noites, sem poder dormir nem sentar-se. “Após os dias de ‘estátua’ tinha as pernas tão inchadas que não consegui descalçar umas botas de cano que tinha calçadas, tendo sido necessário cortá-las com uma faca”.³⁰

A repressão não foi sempre igual ao longo do regime do Estado Novo. Em períodos críticos, como o da guerra civil de Espanha e início da II Guerra Mundial, ou mais tarde, quando passado o sobressalto do final da guerra, o regime voltou a estabilizar com o início da guerra-fria, agudizou-se. Noutras ocasiões, e contra adversários menos ‘perigosos’ que comunistas ou libertários, ou de estatuto social mais elevado, foi mais suave. Mário Soares foi preso 12 vezes, mas por períodos curtos. Foi deportado sem julgamento para S. Tomé em 1968 e, em 1970, obrigado novamente a exilar-se. O Prof. José Manuel Tengarrinha³¹ foi impedido de lecionar e publicar artigos em jornais.

Para outros a repressão tinha pior aspeto. A sua face mais hedionda foi o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, inaugurado em 1936 por uma leva de presos libertários e comunistas.

Acácio Tomás de Aquino conta-nos as consequências que teve uma tentativa de fuga, logo em 1937, organizada por um comité organizador paritário entre libertários e comunistas. Frustrada a fuga, daqui resultará o aumento da repressão e a decisão de obrigar os presos a construir uma vala a toda a volta do campo. Os trabalhos forçados, combinados com o paludismo, irão provocar uma série de mortes, entre eles Arnaldo Simões Januário, da direção da Organização Prisional Libertária.³²

O dirigente comunista Júlio Fogaça é chamado ao diretor e responsabilizado pela fuga. É espancado e posto na ‘Frigideira’, “a mais moderna e a mais desumana câmara de extermínio que a maldade humana inventou para torturar e eliminar presos políticos – em África”.³³

No outro dia de manhã Júlio Fogaça, José Soares e Henrique Ochseberg foram chamados. Começaram por interrogá-los. Era preciso que descobrissem quem tentava fugir. Perante a sua firmeza Manuel dos Reis resolveu mandá-los espancar. (...) Queria que confessassem. Eles não confessaram.

Foi com enorme dificuldade que chegaram à ‘frigideira’. (...) As costas, as nádegas e as pernas estavam roxas dos espancamentos. Os pequenos orifícios abertos na porta foram exteriormente tapados com um taipal. Só restava o retângulo

²⁴FORGE, op. cit, p. 44.

²⁵TIAGO, Manuel [Álvaro Cunhal]. *Até Amanhã, Camaradas*. Lisboa: Editorial Avante!, 3.ª edição, 1977, p. 23-24.

²⁶COELHO, José Dias. *A Resistência em Portugal*. Porto: Editorial Inova, 1974, p. 39.

²⁷BARRADAS, Ana. *As Clandestinas*. Lisboa: Ela por Ela, 2004, p. 36.

²⁸SERRA, op. cit, p. 63.

²⁹Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a polícia política do regime do Estado Novo.

³⁰SERRA, op. cit, p. 66.

³¹Dirigente do MDP-CDE.

³²AQUINO, Acácio Tomás de. *O Segredo das Prisões Atlânticas*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978. p. 81-89.

³³OLIVEIRA, Cândido de. *Tarrafal, o Pântano da Morte*. Lisboa: Editorial República, s/d, p. 135.

junto ao teto e por isso o ar renovava-se com mais dificuldade ainda. A porta de ferro aquecia e o ambiente aquecia também. (...) A lata com água, minutos depois de estar ali, ficava morna e apodrecia. (...) Alguns caíram com febre e entre eles Luís da Cunha Taborda, Henrique Ochseberg e José Correia Pires. Era no chão, sem medicamentos e sem assistência que eles estavam, completamente nus para suportarem melhor o calor. As formigas vinham picá-los, a areia do chão agarrava-se-lhes à carne. Não comiam. (...).³⁴

Entre 1937 e 1948, 37 prisioneiros morreram no campo do Tarrafal devido a doenças provocadas pelas péssimas condições de detenção, aos trabalhos forçados e à falta de cuidados médicos.

O “campo da morte lenta”, fechado em 1954, foi reaberto em 1961, ano em que se iniciaram as guerras coloniais, sob a denominação de Campo do Chão Bom, para receber presos oriundos das colónias portuguesas.

O período final do Estado Novo seria marcado por novo agravamento da repressão, não só nas colónias como na ‘metrópole’, onde aos comunistas se juntaram, na lista dos inimigos do regime, as correntes da chamada extrema esquerda, influenciadas pelo maoísmo e pela revolução cubana. Como símbolos desse agravamento da repressão sobre outras organizações que não o PCP poderíamos anotar o assassinato do estudante José Ribeiro Santos por um agente da DGS³⁵ no ISCEF, em 12 de outubro de 1972, ou as 450 horas de tortura do sono infligidas a Aurora Rodrigues, então militante do MRPP.³⁶

A face sombria de um escol de gente corajosa

Os exemplos de coragem e abnegação referidos nas seções anteriores são a face mais luminosa da resistência ao regime do Estado Novo, nomeadamente dos comunistas que, a partir de meados dos anos 30, são os seus principais protagonistas. Porém, do outro lado desta face luminosa está uma outra, sombria, que não pode nem deve ser ignorada na caracterização desta brava gente: o seu extremo sectarismo, o monolitismo assumido como virtude. A forma urbana, frequentemente cordial, com que o PCP trata os seus aliados “burgueses” na luta antifascista contrasta profundamente com a ferocidade com que lida com as divergências no seu próprio campo.

Num documento oriundo do Tarrafal e de provável autoria de José de Sousa,³⁷ são relatados alguns supostos casos de “provocação” nos anos 30. De permeio com alguns casos em que a provocação policial parece realmente estar presente, os mais significativos, porém,

correspondem a atividades legítimas de organização operária e popular em que a iniciativa não pertencia ao PCP. Um exemplo é o do chamado “grupo de Torres Vedras”.

Um senhor Borges, com quem o Partido havia contactado, em 1931, sem proveito algum para o movimento, conseguiu, à força de aparente devotamento pela causa dos trabalhadores e de uma certa ingenuidade de alguns antigos militantes de Torres, onde o Partido não possuía organização alguma, criar uma de ‘frente única’ dos trabalhadores e um sindicato dos trabalhadores sob sua influência que chegou a contar uns 300 filiados.

“Fomos forçados a mobilizar grande parte das nossas forças para liquidação de tão hábil tentativa provocatória política” confessa, ufano, o autor do relatório.³⁸

Esse espantoso sectarismo ganha foros de marca distintiva no início dos anos 40: o PCP posterior resulta do triunfo de uma fração secreta formada por quadros recém-libertados do Tarrafal que tem por objetivo liquidar a anterior direção, encabeçada por Vasco de Carvalho, acusada de ser composta por “provocadores”.³⁹ Liderada por Júlio Fogaça, a fração vinda do Tarrafal passará pouco depois a contar também com Álvaro Cunhal. A “reorganização” do PCP encetada por este grupo levará a uma situação em que durante algum tempo, em 1941-42, coexistirão dois partidos comunistas e dois *Avantes*.

Fogaça, por exemplo, reivindica completamente o trabalho fraccional que dirige contra a direção legítima do partido:

Fizemos um trabalho de sapa nas fileiras da antiga organização, sem que esses dirigentes se apercebessem nem da reorganização empreendida por nós, nem do trabalho de sapa. Só se aperceberam da nossa existência no dia em que nós os denunciámos perante as massas como pessoas que não deviam merecer a confiança dos operários.⁴⁰

Só décadas mais tarde, em julho de 1997, Cunhal escreverá preto no branco que as acusações de provocação feitas à direção de Vasco de Carvalho eram “falsas” e “gratuitas”:

As razões (...) invocadas para a necessidade da reorganização são duas. A primeira, a atribuição das prisões sucessivas dos dirigentes desde 1935 a um trabalho de provocação no interior do Partido. A segunda, a conclusão de que os provocadores se deveriam encontrar precisamente nos ou entre os camaradas que na

³⁴Idem, p. 142-144.

³⁵Nome com que foi rebatizada a PIDE em 1969.

³⁶RODRIGUES, Aurora. *Gente Comum*. Uma história na PIDE. Castro Verde: Editora 100 Luz, 2011, p. 16.

³⁷PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal*. Uma biografia política. “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949). Vol. II, Lisboa: Temas e Debates, 2001, p. 27.

³⁸Idem, p. 27-30.

³⁹Vasco de Carvalho, depoimento escrito a José Pacheco Pereira, 2000; documento sem título [de Vasco de Carvalho] de setembro de 1943 (Pereira, José Pacheco, op. cit, 2001, p. 52-53).

⁴⁰VENTURA, António. Documentos sobre uma tentativa de contacto entre o Bureau Político do PCP (Júlio Fogaça) e a IC em 1941. *Estudos Sobre o Comunismo*, n.º 1, Setembro-Dezembro de 1983.

altura constituíam o Secretariado.

Eram duas ideias igualmente falsas e mesmo gratuitas. As prisões sucessivas da direção podiam inteiramente explicar-se pela falta de cuidados conspirativos (...).⁴¹

Outro exemplo chocante de sectarismo pode ser constatado pelas memórias respeitantes ao Tarrafal. Aí, no campo da morte lenta, procuravam sobreviver, sob a bota fascista, comunistas, libertários, republicanos... A partir de certa altura, os comunistas cindem-se, pelo que passa a haver também o grupo dos 'comunistas afastados'. Pois, para sabermos da existência e das ações desta pluralidade de personagens e grupos é preciso ler os relatos do libertário Acácio Tomás de Aquino, de Edmundo Pedro (na altura comunista, mas socialista quando escreveu as suas memórias), ou do jornalista democrata Cândido de Oliveira. A julgar pelos relatos dos membros do PCP, quase poderíamos pensar só lá ter havido comunistas – e ainda assim, apenas os ortodoxos, os de então e os de agora, porque até um dirigente 'ortodoxo' da altura como Júlio Fogaça, por mais tarde ter deixado de o ser, também se viu 'apagado da fotografia'.

Os camaradas da véspera tornam-se, se discordam da "orientação do partido", os piores inimigos. Eis como José Magro descreve Francisco Martins Rodrigues, com quem militara e que era "trabalhador e ativo" – Martins Rodrigues, apesar da sua juventude, entrara para o Comité Executivo após a vaga de prisões de finais de 1961 –, depois das divergências da primeira metade dos anos 60:

Chamado mais tarde ao exterior, e após discussões aprofundadas, verificou-se a sua incompatibilidade com a orientação do Partido e com o marxismo-leninismo – e acabou por ser expulso. Despeitado e odiento, cria então um grupelho antipartido – a FAP – financiada e incentivada pelos cisionistas chineses. Preso logo após a sua reentrada ilegal no país, trai miseravelmente, denunciando os antigos e os novos companheiros – e é expulso por estes. A própria FAP foi depois dissolvida, como tantos outros grupos pequeno-burgueses, que têm o tempo de vida das borboletas que são.⁴²

*O Avante!*⁴³ denunciou a presença em Portugal de "Manuel Claro e João Pulido Valente, dois renegados pertencentes ao grupelho de Francisco Martins Rodrigues", num artigo intitulado "Cuidado com eles". Este alertar da PIDE para a presença no País de dois 'concorrentes' caiu mal junto de alguns militantes do PCP, mas nunca foi objeto de qualquer autocritica.

Conclusão

A educação, propiciada pela família ou pelo ambiente envolvente (sociedades ou associações de

bairro) parece ter um papel decisivo na opção dos personagens analisados pela militância política ou sindicalista. A repetição de histórias semelhantes e a insistência na sua própria evocação por praticamente todos os analisados mostra-nos que ela foi determinante no fazer elevar estas pessoas acima da massa do grupo social em que se inseriam, não se limitando a viver as suas vidas integradas no seu ambiente mais ou menos estreito – família, amigos, colegas de trabalho –, mas antes olhando para a sociedade como um todo inteligível e transformável.

O trabalho, estando presente em todas estas histórias de vida, não ocupa um papel central na narrativa. Isso deve-se a diversos fatores: a preocupação dominante de contar uma experiência concreta, fosse ela a do campo de concentração do Tarrafal, a clandestinidade ou a explicitação das razões que levaram à sua rutura com o PCP, como nos casos de Cândida Ventura, Zita Seabra ou Raimundo Narciso. Outro será o tempo passado na prisão por alguns destes protagonistas. Em 20 de outubro de 1974, no seu discurso de apresentação do Comité Central ao VII Congresso do PCP, o primeiro em liberdade após a queda da ditadura, Octávio Pato afirma que "no seu conjunto, a soma total de anos de prisão sofrida pelos membros do atual CC ultrapassa 300 anos de prisão! Mais exatamente: 308!".⁴⁴ Algumas das memórias aqui analisadas são de integrantes desse Comité Central: Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Jaime Serra, Pires Jorge, José Magro, Francisco Miguel, Raimundo Narciso. E outros, quase todos os analisados, conheceram também as prisões do Estado Novo. Para o facto surpreendente de o trabalho ocupar relativamente pouco espaço nos relatos de militantes do PCP, o "partido da classe operária", encontramos ainda outra explicação: a idade precoce com que se tinham tornado funcionários clandestinos. Alguns, como Carlos Pires e Zita Seabra, eram ainda adolescentes; de conjunto, a média de idades com que se tinham tornado funcionários do PCP era de 25,6 anos. A sua profissão principal era, pois, a de funcionários políticos.

Essa vida de funcionário clandestino é quase um exclusivo dos membros do PCP. Além destes, entre os personagens estudados, apenas o libertário Emídio Santana e Francisco Martins Rodrigues (este foi funcionário clandestino primeiro do PCP e mais tarde da FAP) tiveram essa experiência. Era uma vida muito dura, para a qual, como refere José Magro, eram necessárias qualidades de coragem e dedicação, mas também de prudência, paciência, vigilância, quando não desconfiança.⁴⁵ Mas também castradora. "Funcionário: a palavra é mesmo boa", escreve Francisco Martins Rodrigues. "Um funcionário tinha a sua carreira, uma carreira desgraçada que consistia em ser preso, levar porrada, ser condenado, voltar à clandestinidade, ser preso de novo e por aí adiante".⁴⁶ Diz ele que havia mais

⁴¹CUNHAL, op. cit, p. 393.

⁴²MAGRO, José. *Cartas da Clandestinidade*. Lisboa: Edições Avante!, 2007, p. 186.

⁴³*Avante!* n.º 342, VI série, de dezembro de 1964.

⁴⁴PCP. 7.º Congresso (Extraordinário) do PCP. *Documentos políticos do Partido Comunista Português*. Série especial. Lisboa, Edições Avante!, 1974, p. 269-271.

⁴⁵MAGRO, op. cit, p. 22-24.

⁴⁶RODRIGUESop. cit, p. 51.

liberdade para discutir política na prisão, mesmo no Forte de Peniche, que na clandestinidade. “*Havia uma liberdade de espírito que faltava cá fora, quando estávamos presos às tarefas do aparelho*”.⁴⁷ O bom funcionário era um bom executor. Alguém que “encosta bem”, como dizia Pires Jorge, num paralelo camponês com o animal de tiro que encosta bem à carroça e puxa bem.

Ser um bom executor, não levantar problemas, era o que o partido pedia. Aí estava a eficiência do funcionário. Isto tudo levava a pessoa a perder as suas qualidades e faculdades intelectuais, o seu espírito crítico. E assim se perdia o espírito de revolta que tinha trazido a pessoa ao partido.⁴⁸

A repressão não atingiu todos por igual, nem foi sempre igual ao longo do regime do Estado Novo. Como já foi dito, em períodos críticos, como o da guerra civil de Espanha e início da II Guerra Mundial, agudizou-se. No final da guerra, quando o regime temia pela vida e Salazar chegou a prometer eleições “livres, como na livre Inglaterra”, abrandou. Passado esse sobressalto, com o início da guerra fria, recrudesceu. Nos anos 50, a PIDE lançou-se numa ofensiva contra o PCP que o fez ‘encolher’ quase para as dimensões que tinha nos anos 30. E durante a guerra colonial, enfrentando nas colónias os movimentos de libertação armados e na metrópole, além do PCP, novos e ousados grupos juvenis influenciados pelas revoluções chinesa, indochinesa e cubana, pelo maio de 68 e pelo trotskismo, a polícia política voltou a assanhar-se.

No conjunto do Estado Novo, o PCP foi sem dúvida o alvo que a polícia política perseguiu de forma mais duradoura e tenaz. Os libertários tinham sido derrotados em 1934. O Tarrafal marcou o fim da geração de lutadores anarcossindicalistas que vinham da UON⁴⁹ e da CGT.⁵⁰ O PCP sobreviveu-lhe. Contra adversários menos ‘perigosos’ que comunistas ou libertários e mais tarde os ‘esquerdistas’, ou de estatuto social mais elevado, a repressão foi sempre mais suave. Por exemplo: Mário Soares foi preso pela PIDE 12 vezes, mas o total das suas estadas na prisão não chegou a três anos. Cunhal foi preso ‘apenas’ três vezes, mas no total esteve 13 anos na prisão, 8 deles no isolamento.

Aquilo a que chamámos “*a face sombria de um escol de gente corajosa*”, o extremo sectarismo, o monolitismo assumido como virtude, surge sobretudo nas memórias e na história do PCP, embora não seja um seu exclusivo. Em geral, e sobretudo por facilidade, tende-se a falar de “extrema esquerda” para designar um certo número de agrupamentos políticos considerados como estando à esquerda do PCP, mas a verdade é que a diversidade de posições políticas é grande entre eles e o tipo de agressividade usado pelo PCP contra a dissidência interna e externa (os tais ‘esquerdistas’, por exemplo) é também detetável no seio dos agrupamentos da dita extrema esquerda e entre eles. Por outro lado, os partidos,

todos eles, são instituições, e as instituições lidam muito mal com as divergências, sejam elas o Estado, uma igreja ou uma empresa. Nas forças armadas, outra instituição, mesmo em países democráticos, as divergências podem ser resolvidas em tempo de guerra por um pelotão de fuzilamento ou por uma oportuna ‘bala perdida’.

Mas isso está fora do alcance do nosso estudo e neste ponto cabe apenas refletir sobre o porquê dessa marca de sectarismo e monolitismo que detetamos no PCP e que se dirige sobretudo contra a divergência interna ou contra os setores que politicamente lhe estariam mais próximos, ao passo que com outros – os democratas ‘burgueses’ opositores do Estado Novo – o tratamento oscila mais entre a deferência e uma certa sobrançeria condescendente. É que esses outros setores – os “*patriotas e portugueses honrados*” a que se refere o seu IV Congresso – são vistos como potenciais aliados, enquanto os dissidentes são vistos apenas como concorrentes, reais ou potenciais. Além disso, o PCP não se vê como um partido da classe operária, mas como o partido da classe operária, a “*vanguarda revolucionária da classe operária e das massas populares*”.⁵¹ A existência de outros a reivindicarem-se do mesmo espaço é, mais que um estorvo, uma heresia. Isto combinado com o caráter de partido de funcionários acima referido, em que “*a dogmatização que se verificou no partido se explica em parte porque todo o aparelho era formado por pessoas que viviam nessa situação*”, que “*mutilava as pessoas humana e politicamente*”⁵² e com a dependência em relação aos ‘camaradas soviéticos’, cujas disputas políticas se resolviam, como se sabe e não carece de ser demonstrado, com processos de Moscovo, *gulags* e picaretas, foram fatores determinantes para conferir essa marca de água sectária, esse lado obscuro a um partido que em 1974 podia, justamente, reivindicar a legitimidade de ter sido, à força de coragem, sofrimento e abnegação, o principal pilar da resistência ao regime do Estado Novo.

Artigo recebido em 28.8.2012

Aprovado em 3.11.2012

⁴⁷Idem, p. 60.

⁴⁸Idem, p. 50-51.

⁴⁹União Operária Nacional, primeira central sindical dos trabalhadores portugueses, criada em 1914.

⁵⁰Confederação Geral do Trabalho, substituiu em 1919 a UON.

⁵¹PCP, op. cit, p. 45.

⁵²RODRIGUES, op. cit, p. 52.